



Revista
Symposium

COMPREENDENDO A CONSTITUIÇÃO E A MUDANÇA NO ESPAÇO PSICOLÓGICO: DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Carmem Barreto*

Resumo:

Fazendo uma abordagem acerca da constituição e da mudança no espaço psicológico, a autora faz um percurso pela construção do conhecimento, da modernidade à contemporaneidade, visando a demonstrar os efeitos da cultura moderna nos modos de subjetivação do homem contemporâneo.

Compreendendo que as psicologias, hoje, correspondem a um *Ethos*, uma morada, um destino para o homem, questiona se os referenciais teóricos da Psicologia Clínica, atravessada por uma visão de homem da modernidade, fornecem subsídios para a compreensão do desassossego traumático vivido pelo homem na contemporaneidade.

Indicando a necessidade de construção de novos modos do fazer clínico, a autora aponta a dimensão histórico-temporal como constitutiva da existência humana, indicando as contribuições de Heidegger e Prigogine como decisivas para a construção desses novos modos do fazer clínico, perpassados, não

mais pelo projeto epistemológico da modernidade, mas pela dimensão ética nos discursos e nas práticas psicológicas.

Palavras-chave: subjetividade, tecnologias do conhecimento, projeto epistemológico, angústia, metamorfose do tempo.

Abstract:

This paper approaches the constitution and the change in the psychological space by addressing the knowledge construct, from modernity to contemporariness, with a view to demonstrating the effects of modern culture in the subjective aspects of contemporaneous people.

Having in mind that psychology, today, corresponds to an “ethos”, that is, a dwelling, a destination for human beings, the paper questions whether the theoretical references of modern Clinical Psychology add to the understanding of traumatic anxiety experienced in modern times.

The study shows the need to construct clinical new ways according to the historical and temporal dimension which constitutes human life. The paper also stresses Heidegger and Prigogine’s contributions as decisive creating those new ways of approaching clinical psychology. These contributions take into account the ethical question in psychological discourses and practice instead of the epistemological project of modernity used formerly.

Key words: Subjectivity, knowledge technologies, epistemological project, anxiety time metamorphosis

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Psicologia Clínica aponta, hoje, para novas formas de relações que passam a caracterizar as sociedades urbanas ocidentais, como também as organizações familiares, gerando novas formas de apresentação do sofrimento humano. Sofrimento que parece indicar que o homem ainda

* Psicóloga Clínica, psicoterapeuta, professora assistente da Universidade Católica de Pernambuco, especialista em Psicologia Clínica pela UFPE, mestranda em Psicologia Clínica pela UNICAP.



não está preparado para viver sua contemporaneidade estando, ainda, atrelado às teias da modernidade, com a falta de referenciais para a constituição de novos modos de subjetivação, apesar de o modo de subjetivação “atual”, fruto da cultura moderna, já ter entrado em falência.

Acreditamos que essa situação tem a ver com o fato de estarmos atrelados à herança da modernidade, herança que nos leva a perseguir o idêntico, o absoluto, o infinito, o equilíbrio, a essência unitária. Não conseguimos, ainda, apesar de identificar racionalmente, lidar com a instabilidade, com a dimensão finita do ser, mesmo que essa situação aponte para as infinitas possibilidades de criação que potencializam a vida. Situação que parece estar em sintonia com algumas questões produzidas ou decorrentes da contemporaneidade, na qual se evidencia, cotidianamente, uma desqualificação do outro, ao lado de atitudes de isolamento e de utilização desse outro que, muitas vezes, levam a atitudes de exclusão daquele que é diferente.

Partindo dessa constatação, questionamo-nos se os referenciais teóricos de que dispomos, na Psicologia Clínica, fornecem subsídios teóricos para compreendermos o desassossego traumático vivido pelo homem da contemporaneidade, já que a teorização da clínica moderna está atravessada por uma visão de homem da modernidade, em que o Infinito, o Uno e o Idêntico são perseguidos.

Diante disso, apontamos para a necessidade de construção de um novo olhar clínico que consiga fazer uma leitura da realidade histórico-sociocultural contemporânea, delineando novos modos do fazer clínico, que incluam a finitude como condição trágica do homem, mas não necessariamente traumática; que considere os processos de subjetivação não mais referendados pelo uno, pelo idêntico e pelo absoluto; que referende a concepção de processos de subjetivação engendrados por uma infinidade de ambientes, forças e níveis, criando e desfazendo composições, produzindo e dando passagem a esse estranho-em-nós que nos habita e que precisa ser acolhido, mesmo diante da ameaça de desestabilização que suscita.

As Psicologias, hoje, correspondem a um *Ethos*, uma morada, um destino para o homem, compreendido **no** e **pelo** lugar que ocupa no espaço sociocultural contemporâneo. Nessa perspectiva, o que define a Psicologia é sua Ética, comprometida com a escuta do interditado e com a sustentação das tensões e dos conflitos que, no dizer de Morin(1990), *não seria só permitir a expressão e a integração do interditado, mas escutá-lo e confirmar sua tensão, mantendo-a e não tentando reduzi-la. Seria manter a dialógica e não efetivar uma dialética.* (1990: 18)

No momento histórico em que vivemos, a Psicologia tem que dar conta de novas organizações subjetivas, como também apresentar novos delineamentos para a prática clínica, institucional e docente.

Consideramos que é função do saber psicológico pensar os efeitos dessas mudanças na constituição dos modos de subjetivação sabendo que, enquanto psicólogos, já estamos experienciando esses efeitos e, conseqüentemente, fazemos parte do que pretendemos entender e criar. A tentativa que empreendemos neste artigo é identificar e pensar esses efeitos nos modos de subjetivação do ser humano, frutos de um determinado tempo e espaço que caracterizamos com contemporâneos. O tempo registra a história, a morte, a finitude, e o espaço registra a existência, o limite, dimensões essenciais para a constituição da subjetividade.

2 - UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HUMANO

Para que possamos compreender a constituição da Psicologia enquanto ciência e, mais especificamente, da Psicologia Clínica, optamos por recorrer a uma análise histórico-cultural da produção do conhecimento, como condição de suporte para considerações contextualizadas cultural e cientificamente.

O homem produziu e continua produzindo *tecnologias de conhecimento*, isto é, mecanismos para examinar os aspectos da realidade que deseja trans-

formar em objeto de estudo. Essas tecnologias apresentam-se numa dimensão histórica, refletindo as possibilidades e limitações de cada momento socio-cultural-científico. Pierre Levy coloca esta questão de forma bastante clara:

As tecnologias intelectuais desempenham um papel fundamental nos processos cognitivos, mesmo nos mais cotidianos; para perceber isto, basta pensar no lugar ocupado pela escrita nas sociedades desenvolvidas contemporâneas. Estas tecnologias estruturam profundamente nosso uso das faculdades de percepção, de manipulação e de imaginação.(Levy, 1998:160)

Nessa mesma obra, Levy(1998) define os *três tempos do espírito*, considerando-os como os três grandes momentos da história do conhecimento humano, marcados por suas tecnologias específicas: o pólo da oralidade primária, o pólo da escrita e o pólo informático-mediático.

A oralidade primária produz um tipo de conhecimento que pode ser considerado como narrativo, baseado na ritualidade e na transmissão das tradições, sendo o conhecimento transmitido através da palavra, na qual toda a construção cultural está fundada sobre as lembranças dos indivíduos, gerando uma possibilidade de identificação da inteligência com a memória, vinculada a uma produção da noção espaço-tempo baseada na memória humana, associada ao manejo da linguagem.

A escrita apresenta um saber teórico baseado na interpretação da realidade, onde a noção de verdade corresponde à adequação da idéia a coisa mesma que interpreta, fruto do impacto do desenvolvimento tecnológico proveniente da modernidade. Nessa dimensão da escrita , o eterno retorno da oralidade foi substituído pelas perspectivas da história, nas quais as narrativas míticas foram acrescidas da lógica, da teoria e das sutilezas da interpretação, gerando um novo olhar com relação à razão, à verdade e à história. A escrita reproduz, no domínio da comunicação, a relação com o tempo e o espaço que a agricultura introduziu na sobrevivência da comunidade, instalando a possibilidade da escrita aposta no tempo, evidenciando os intervalos entre a emissão e a recepção da mensagem, com as dificuldades daí decorrentes. O poder

estatal, através da escrita, comanda tanto os signos como os homens, *fixando-os em uma função, designando-os para um território, ordenando-os sobre uma superfície unificada. Através dos anais, arquivos administrativos, leis, regulamentos e contas, o Estado tenta de todas as maneiras congelar, programar, represar ou estocar seu futuro e seu passado.* (Levy,1998:88)

A escrita suscitou a tradição hermenêutica e o aparecimento dos saberes que se apresentam através das teorias. A teoria , na ciência ou na filosofia, significa a autonomia em relação à tradição que corresponde à transmissão pessoal partindo de uma experiência compartilhada. Por outro lado, nas tradições teóricas, em que as mensagens se apresentam separadas das situações geradoras dos discursos, instigam-se a ambição teórica e as pretensões à universalidade, levando a uma interpretação literal do vestígio escrito em oposição ao sinal minésico da organização do conhecimento, através das narrativas.

A partir do momento em que a tarefa da memória não mais se refere somente às lembranças humanas, os longos encadeamentos de causas e efeitos perdem uma parte de seus privilégios de conectar representações entre si.(...) A forma hipotético-dedutiva, ou ainda as cadeias de interferências destinadas a encontrar todas as conseqüências de um pequeno número de princípios são outras formas sistemáticas de disposição das representações. (Levy, 1998:92)

A informática gera a condensação, no presente, da operação em andamento, significando que o conhecimento por ela produzido está em tempo real, oposto ao conhecimento produzido pelos estilos hermenêutico e teórico. Essa questão indica as figuras do tempo representativas desses diversos pólos: o pólo da oralidade primária apresenta-se como uma figura circular de tempo; o pólo da escrita caracteriza-se por configurar-se em linhas, apontando, desse modo, para o tempo linear das sociedades históricas; o pólo informático-mediático apresenta-se por segmentos e pontos, instaurando um tempo pontual, indicando que a humanidade estaria entrando numa outra dimensão de tempo que não seria mais aquela associada à perspectiva da história. Para Levy (1998), este tempo pontual anun-

cia a velocidade que caracteriza o momento atual da civilização e da trajetória humana, em que é provável que a informática assimilaria, ao mesmo tempo, o ser e a história na aceleração pura. O referido autor não tem uma visão pessimista da cultura informático-mediática, lembrando que esses diversos pólos estão sempre presentes, mas com intensidade variável. Exemplifica essa questão alegando que continuam a ser publicados e lidos livros históricos, reflexivos e críticos, como também continuam vivas as habilidades e representações transmitidas e transformadas de modo oral nas famílias, nos grupos de trabalhos e em outras redes sociais. A informática evidencia a constituição de um novo tipo de temporalidade social, que não exclui o tempo circular e o linear, mas enfatiza a operacionalidade do saber informático associado a mudanças rápidas, gerando um tipo de verdade que procura a pertinência e a execução.

Sob o regime da oralidade primária, quando não se dispunha de quase nenhuma técnica de armazenamento exterior, o coletivo humano era um só com sua memória. A sociedade histórica fundada sobre a escrita caracteriza-se por uma semi-objetivação da lembrança, e o conhecimento podia ser em parte separado da identidade das pessoas, o que tornou possível a preocupação com a verdade subjacente, por exemplo a ciência moderna. O saber informatizado afasta-se tanto da memória (este saber “de cor”), ou ainda a memória, ao informatizar-se, é objetivada a tal ponto que a verdade pode deixar de ser questão fundamental, em proveito da operacionalidade e velocidade. (Levy, 1998:119)

O saber informatizado, pelas características apresentadas, aponta para o fim da preocupação com a verdade, indicando mudança de ênfase das atividades cognitivas, já que está cada vez mais difícil para o indivíduo cogitar sua identificação a partir de uma teoria, pois o conhecimento se encontra em um processo de metamorfose permanente. Essa situação induz à diminuição da ênfase teórica que cede lugar aos modelos, com suas formas de eficiência e pertinência e que não estão mais inscritas, fixadas no papel pela escrita, mas em movimento, rodando no computador, permitindo correções e aperfeiçoamentos sucessivos ao longo das simulações. Evidencia-se a necessidade de lidar com mo-

delos de pertinência variável, obtidos e simulados rapidamente e independentes de uma verdade fixa e universal. Estamos diante de um conhecimento simulado, criado por um modelo digital que pode ser explorado de forma interativa, indicador, segundo Pierre Levy (1998), de uma “ecologia cognitiva informatizada”, onde a simulação toma o lugar da teoria, a eficiência ganha da verdade(125), apresentando uma validade coerente com um referencial epistemológico relativista, no qual um modelo é construído para determinado uso, por um sujeito, numa determinada situação. A simulação por computação permite a exploração de um maior número de modelos que variam de complexidade, aumentando as possibilidades de criação e da intuição.

O conhecimento por simulação e a interconexão em tempo real valorizam o momento oportuno, a situação, as circunstâncias relativas, por oposição ao sentido molar da história ou à verdade fora do tempo e do espaço, que talvez fossem apenas efeitos da escrita.(...) A ascensão do conhecimento por simulação deve ser entendida de acordo com uma modalidade aberta, plurívoca e distribuída. (Levy, 1998:127, 129)

3 - A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PSICOLÓGICO

3.1 - O projeto epistemológico e a constituição do espaço psicológico na modernidade

Depois deste breve percurso sobre os momentos e as tecnologias utilizadas para a produção do conhecimento humano, vamo-nos deter no Projeto Epistemológico da Modernidade, enfocando o surgimento do espaço psicológico.

O conhecimento científico moderno busca uma ordenação do mundo, posta em cheque diante da falência das “tradições históricas” e das formas de vida coletivas, reguladas pela tradição e pela obediência a autoridades intangíveis, quando as questões humanas estavam vinculadas a questões míticas e o conhecimento subordinado à tradição metafísica e/ou religiosa.

O saber científico, característico da(s) ciência(s), busca a construção de uma ordem do mundo no plano do saber. A constituição da ciên-

cia moderna apresenta-se no contexto da racionalidade operativa, desenvolvendo-se no seio das ciências naturais no século XVII, consubstanciada por diversos acontecimentos, entre eles: a teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, as leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, as leis de Galileu sobre a queda dos corpos, a síntese da ordem cósmica de Newton, a consistência filosófico-metodológica conferida por Bacon e Descartes.

Esse novo paradigma científico, diferente do saber aristotélico e medieval, apresenta uma visão do mundo e da vida específica, onde a Razão passa a ocupar o lugar vazio deixado pelo descentramento do mundo e de seus efeitos de indeterminação. O Racional passa a ser considerado como a nova essência humana, apresentando, sob a influência de Descartes, um mundo matemático, uniforme e geométrico. É o momento áureo da afirmação da consciência e de suas representações, levando a uma centralização na razão, provocando a cisão do homem moderno. Defende a separação entre a natureza e o ser humano, constituindo as leis da natureza, considerada como o reino da simplicidade e regularidade, na qual é possível observar e medir com rigor. Privilegia a determinação da busca da causa formal, que é atingida mediante a expulsão da intenção, permitindo prever e intervir no real. Tem como pressuposto metateórico a idéia de ordem e de estabilidade do mundo, com uma visão de tempo reversível, defendendo como hipótese fundamental o determinismo mecanicista. O paradigma mecanicista da ciência moderna apresenta como pressupostos básicos: espaço e tempo como realidades absolutas, descrição dos fenômenos em termos de relações quantitativas, rigoroso determinismo, descrição objetiva dos fenômenos humanos alicerçada na dualidade cartesiana matéria-mente, visão cartesiana-newtoniana com tendência a quantificação, previsibilidade, controle e neutralidade, método empírico-analítico de Bacon, raciocínio analítico-dedutivo de Descartes e a física clássica de Newton.

O sujeito da modernidade necessita de um método, para que possa manipular, controlar e explorar o mundo, gerando uma cultura voltada para as questões do conhecimento, visando à produção

e à validação das crenças.

É nesse contexto que emerge o espaço psicológico, dentro de uma tradição na qual o método das ciências naturais era aplicado às ciências sociais. Essa situação metodológica exigia operar uma cisão na experiência do sujeito, separando o conhecedor ideal, que deveria apresentar-se com uma subjetividade ascética e expurgada, do sujeito encarnado, constituído pelo singular, desejante, afetável e finito. Para Figueiredo (1995), o projeto epistemológico atesta o reiterado fracasso dessa cisão, pois o sujeito epistêmico é avesso ao olhar psicológico, que, por sua vez, caracteriza-se por desvelar o avesso do sujeito supostamente pleno. Portanto, a Psicologia nasce de um processo histórico-social que, simultaneamente, instituía cisões na experiência subjetiva e fracassava na manutenção dessas mesmas cisões.

É válido ressaltar que a constituição da Psicologia como ciência foi um processo difícil, já que evidenciava uma situação em que era obrigada a desconhecer e reconhecer seu objeto. Se o desconhece, não se afirma enquanto ciência independente, correndo o risco de ser anexada à Medicina, à Biologia, à Pedagogia e à Administração. Se o reconhece, não se legitima como ciência, já que não se submete aos requisitos da metodologia científica moderna, não formulando leis universais com caráter preditivo. Essa situação gera divergências que refletem as contradições do próprio projeto da constituição da psicologia, enquanto ciência independente, e que se enraízam na ambigüidade da posição do sujeito (dominador e dominado) e do indivíduo (liberto e reprimido) na cultura ocidental contemporânea.

Segundo Figueiredo(1996), esse processo passa por momentos que são apresentados como *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Teríamos as *Matrizes Cientificistas* que desconhecem a singularidade subjetiva do indivíduo, assumindo predominantemente o modelo das ciências naturais, buscando a ordem natural e comportamental dos fenômenos psicológicos. Acreditam que exista algo que pode ser pensado como verdade, podendo-se, então, falar em evidências, testes, provas e demonstrações. Defendem um realismo ontológico, com a crença de que existe uma realidade independente do sujei-

to que a conhece e confirmam a predominância do método.

Paralelamente, teríamos as *Matrizes Românticas e Pós-românticas*, que reconhecem e sublinham a especificidade do sujeito, reivindicando a independência da Psicologia diante das demais ciências, procurando novos cânones científicos que a legitimem, crescendo sem a segurança que as *Matrizes Cientificistas* ostentavam. Estão direcionadas para o esclarecimento da lógica, da trama conceitual, procurando entender como os conceitos de uma teoria se interligam. Preocupam-se com a retórica dos saberes, onde a organização dos argumentos e as linguagens metafóricas têm peculiaridades diferentes, de acordo com cada abordagem, criando um estilo que caracteriza cada escola, fazendo parte do conhecimento produzido. Desenvolvem um conhecimento que busca o esclarecimento das articulações entre os processos cognitivos e as outras dimensões das práticas sociais.

Na segunda metade do século XX, com a perda da vigência do sujeito como fundamento autofundante das representações verdadeiras, gera-se um mal-estar entre o projeto epistemológico da ciência moderna e a Psicologia, como se as epistemologias ainda ocupassem o lugar de indicar o único conhecimento válido. A partir desse período, as ciências mais consolidadas não precisam da epistemologia para sua legitimação, que se dá cada vez mais no plano da eficácia tecnológica, evidenciado e confirmado pelo pólo informático-mediático que apresenta uma maior ênfase no saber operacional, confirmando o abandono das versões normativas e judicativas da epistemologia. É o campo fértil para a emergência da dimensão ética dos discursos e das práticas psicológicas, nos quais uma nova racionalidade poderá ir sendo, gradativamente, exercida.

Nessa dimensão, denominada por Figueiredo(1996) de *Epistemologias Fracas*, é possível reagrupar e confrontar teorias, com tarefas voltadas para a elucidação de possibilidades das diferentes teorias, procurando essas condições nos seus pressupostos implícitos, dando origem a uma cultura pós-epistemológica, com a indicação dos lugares da psicologia. As *Epistemologias Fracas* se articulam com a dimensão histórica do saber, ao contrá-

rio das *Epistemologias Fortes*, ligadas ao projeto epistemológico da ciência moderna. As *Epistemologias Fracas* enfatizam as histórias factuais das ciências, histórias que tentam demonstrar como se sucederam as idéias, as teorias, como foram sendo criados os conceitos e como foram estabelecendo relações entre si. O *Epistemólogo Fraco* tem interesse em delimitar o que cada área pesquisa, procurando aproximar-se do recorte e da compreensão teórica de como um determinado aspecto está sendo estudado, buscando definir o campo de sentido em que cada pesquisa se situa, interessando-se pelas histórias factuais e pelos critérios que delimitam o campo de interesse.

Essas epistemologias questionam o além do saber e instalam o campo da ética na constituição do espaço psicológico.

3.1 -. Contribuições filosóficas e científicas para a constituição do espaço psicológico na contemporaneidade

O processo descrito evidencia a passagem do espaço psicológico atrelado à dimensão da ciência moderna, com um projeto epistemológico regido por versões normativas e com uma cultura judicativa, para a perspectiva da ciência contemporânea, onde se enfatiza a dimensão ética dos discursos e das práticas psicológicas, abrindo-se para uma nova racionalidade, numa cultura onde a Ética assume a posição central.

Essa transição é marcada por empreendimentos filosóficos e científicos. Nos empreendimentos filosóficos, evidenciamos o processo desencadeado desde Wittgenstein até Heidegger, apontado, também, pelo pensador americano contemporâneo Richard Rorty, passando por pensadores franceses como Deleuze, Foucault e Derrida, com contribuições significativas da escola de Frankfurt.

Esse movimento filosófico é caracterizado pela superação da hegemonia do pensamento representacional e da noção de verdade por adequação ou correspondência. As linguagens deixam de ser concebidas como meros instrumentos para a representação da realidade, para converterem-se em dispositivos constitutivos da realidade. A ênfase é deslocada para a eficácia constitutiva da fala que

vai conferir a todos os jogos de linguagem uma dimensão ética.

Nos empreendimentos científicos, ressaltamos : a teoria de Prigogine, a teoria da Origem da Vida de Eigen, a teoria da Autopoiesis de Maturana, a teoria da Ordem Implicada de David Bohn, entre outras. Como consequência desses empreendimentos, destacamos a nova dimensão assumida pela lei que passa a apresentar um caráter probabilístico-aproximativo-provisório, representado pelas noções de sistema-modelo-processo. Fruto dessa nova dimensão, a ciência passa a enfatizar a imprevisibilidade, a interpenetração, a autorregulação, a irreversibilidade, a desordem e o caos, a criatividade e o acaso.

Sofrendo a influência de todos esses empreendimentos na Filosofia e nas ciências, o conhecimento psicológico, na contemporaneidade, passa a enfatizar a eficácia constitutiva da linguagem que evidencia a dimensão ética e não epistemológica dos discursos e das práticas, correspondendo, portanto, a um *Ethos*, uma morada, um destino para o homem. A Psicologia Clínica passa a ser definida pela sua Ética, comprometida com a escuta do interdito e com a sustentação das tensões e dos conflitos.

Essa passagem da epistemologia para a ética é possibilitada pela virada lingüística do século XX, quando a linguagem deixa de ser enfocada na sua dimensão representacional e vincula-se à dimensão social, através da qual os homens estabelecem comunicação entre si, e a representação perde terreno para a interação. A ênfase não é mais vinculada à necessidade de ter imagens mentais bem delineadas para poder falar, mas recai na interação, pois é através dela que a comunicação vai construindo-se. A linguagem passa a ser considerada como constitutiva dos modos de subjetivação, desvinculando-se, totalmente, de sua dimensão representacional. Essa posição destrona a epistemologia que deixa de ser o eixo da constituição do espaço psicológico e abre a passagem para a dimensão da ética nos discursos e nas práticas psicológicas.

Passaremos, agora, a analisar alguns desses empreendimentos filosóficos e científicos escolhidos não pela importância e pertinência da sua contribuição na passagem para a dimensão ética do

conhecimento psicológico na contemporaneidade, mas pelo modo como afetaram a nossa prática clínica e o nosso engajamento no processo de produção científica.

Dentre as diversas contribuições filosóficas, consideramos o pensamento de Martin Heidegger importantíssimo, pois permite fazer uma crítica aos conceitos de fundamentação absoluta e de perfectibilidade radical do homem, construtos básicos do pensamento moderno que, segundo Loparic (1994), define-se:

pela superação crítica da tradição metafísico-religiosa e pela vontade positiva de emancipação e de auto-afirmação do homem, através do controle racional da natureza e da liberdade. Os instrumentos de controle, o saber empírico e a lei moral eram organizados em dois sistemas complementares fundados na lógica clássica e nos princípios da razão, entre eles, o da razão suficiente. (1994: 11,12)

Heidegger questiona esse modelo da modernidade, representado por fundamentos metafísicos e epistemológicos que apresentam estruturas representacionais estáveis do conhecimento e do dever. Retoma a questão do ser ao longo da história do Ocidente, criticando o conceito metafísico do *ser do ente* enquanto simples presença.

A ênfase heideggeriana é na superação da tradição ocidental da metafísica, enfatizando a importância de sair desse destino metafísico da vida. Para isso, recupera a lembrança da diferença ontológica e esclarece a diferença entre *ser* e *ente*, sendo seu pensamento fundamental para a compreensão da questão do *ser* no pensamento contemporâneo, onde este não pode mais ser compreendido como *simples presença*, mas, sim, através de sua dimensão temporal e histórica.

Faz uma analítica existencial, partindo do *ser* para o homem, não do homem para o ser, indicando que não é possível contrapor o *ser* ao homem, pois o *ser*, na realidade, é nada. O *ser* não é, o *ser* é o nada do *ente*, pois caso seja, é *ente*. O homem é um *ser a ser*. Portanto a questão do *ser* deve ser posta a partir da existência temporal, caracterizada pela finitude. Apontava que a dificuldade encontrada pela metafísica tradicional e seus prolongamentos no pensamento moderno para conceber a historicidade



e a vida é o fato de o conceito de *ser* estar sempre identificado com a noção de presença, de objetividade, não incorporando a questão da temporalidade.

Tal ser deve formar-se e estudar-se na sua acepção mais geral e compreensiva para evitar, antes de mais, o risco de que, sub-repticiamente, um aspecto se apresente como essencial (por exemplo, tomar o conhecimento como elemento constitutivo essencial do homem), isto é, teorizando sobre esse aspecto, sem o ter previamente problematizado. (Vattimo, 1987: 23)

Para Heidegger, compreender o *ser* é *existir*, questão sempre posta a partir da existência temporal, caracterizada pela finitude, sendo a temporalidade a condição necessária para a compreensão da pergunta pelo sentido do *ser*. O tempo estaria na base dessa compreensão já que ele é a estrutura de todas as possibilidades humanas, implicando a maneira de ser do homem. A temporalidade, por sua vez, é também a condição de possibilidade da historicidade, enquanto um modo de ser próprio do *ser*.

Partindo dessa perspectiva, a compreensão não se identifica mais com a representação, pois não se refere a nenhum objeto em particular estando, agora, vinculada a possibilidades, ao projeto de um horizonte em que algo pode aparecer. Essa distinção representa um marco no rompimento com o pensamento moderno, no qual o conceito de representação, como correspondente do objeto que pretende definir, ocupa um lugar de relevância. Compreender, numa dimensão heideggeriana, é o *ser* desse *poder-ser*, estando o homem exposto à tarefa de *ser* sendo, portanto, a própria questão do *ser*. Essa distinção implica conceituações diferentes sobre a questão do *ser*. Para a metafísica tradicional, o conceito de *ser* implica uma identidade com a presença, com a objetividade, com aquilo que subsiste, que se dá; para Heidegger, o *ser* é concebido na sua historicidade, a “*essência*” do homem é sua “*existência*”, o que implica uma reformulação do conceito de *ser* da metafísica, vinculado à presentidade do *ser* e das coisas intramundanas.

O existir humano é um estar *lançado* no mundo, um *ter-que-ser*, onde o seu modo de ser é o da possibilidade e não o da realidade. Possibilidade aberta, chegando, no entanto, um momento em que,

com a morte, *essa estrutura de aberto incumprimento deixa de o ser (...)* A morte é a possibilidade da impossibilidade de qualquer outra possibilidade. (Vattimo, 1987: 49, 50) Dentro dessa perspectiva, fica claro que o existir humano nunca se reduz a uma simples presença, pois esse existir supõe um *ser* também ausente, já que é *um-ser-para-a-morte*, que acontece independentemente de todos os aspectos e de todas as razões, revelada na **angústia** diante da possibilidade da impossibilidade, isto é, do “*nada*”. “*Nada*” aqui compreendido como possibilidade, não como potência que se atualiza, mas como possibilidade de *vir-a-ser* algo. O ente pode ser ou não ser. O “*nada*” dá *ser* ao ente, algo só é porque está rodeado do que não é. Em termos heideggerianos, o *ser* não depende da essência que o habita, dimensão característica de uma visão essencialista, onde o *ser* é o duplo do ente. O *ser* é o que permite que aquele *ser* exista, é abertura.

Essa dimensão do *ser* indica o mundo como possibilidades, onde o “*nada*” é o *fundo sem fundo*, que não é representável, mas que dá condições dos entes se mostrarem como sendo. No mundo, nem tudo pode ser representado e explicado, é necessário respeitar áreas que devem permanecer em penumbra, pois são elas que guardam as possibilidades do novo, do porvir de certas figuras. Atitude que não foi respeitada pela modernidade que tenta revelar, explicar, categorizar, controlar os fenômenos, através de teses que, na realidade, prejudicam a fertilidade subjacente aos entes. Essa atitude do discurso científico volta-se para o estudo, unicamente, dos entes ignorando tudo o que não for ente, esquecendo que a delimitação do campo de ação onde são estudados os entes, só é possível com o auxílio do “*nada*”, dimensão ignorada pela ciência, pois o “*nada*” não é representável, não pode ser convertido em objeto de estudo, estando, portanto, fora do interesse da ciência moderna.

Essa questão indica para a necessidade de outra via de acesso ao “*nada*”, já que está claro que não pode ser atingido pelas vias de acesso da ciência moderna que, talvez, por não conseguir acessá-lo, ignore-o, desqualificando sua importância na produção do conhecimento. Conhecimento amarrado às dimensões metafísicas, constitutivas da sociedade ocidental, proposta que Heidegger preten-

de “desconstruir” aproximando-se de uma proposta pós-metafísica. Segundo nossa compreensão, a proposta heideggeriana oferece subsídios importantíssimos, porém também difícilimos de serem assimilados, para efetivar a passagem da dimensão epistemológica e metafísica do conhecimento humano da modernidade para um novo momento, que poderá ser chamado de pós-moderno.

Heidegger indica, como via de acesso para o “nada”, as disposições afetivas, mas especificamente, a **angústia**, que se caracteriza por colocar o *ser-aí* diante do “nada”, mas é ela que pode reconduzir ao encontro da sua totalidade enquanto ser, afastando-o da superficialidade objetivante do cotidiano. A **angústia** não tem um objeto real, nem saída racional possível, faz parte da nossa vida, aponta-nos para o “nada”, que representa a abertura do *ser-aí*, espaço vazio, no qual, o *ser-aí* pode aparecer, já que está sempre suspenso dentro do “nada”. Através da **angústia**, podemos entrar em contato com este *ser-aí*, que se encontra suspenso no “nada” e que remete à própria falta e incompletude. A **angústia** é um saber do “nada”, uma experiência que não é passível de representação, remetendo o ser para sua falta de fundamento.

O ser humano pode aprender a viver projetando-se na direção do “nada” ou agarrando-se a *entes* que parecem sólidos, possibilitando uma sensação de não experiência do vazio de fugir do “nada”. Essa atitude leva aos diversos dispositivos do cotidiano vinculados às atitudes de consumo e estimulados pela mídia como, também, está na base das diversas patologias. Mas a **angústia** não se deixa eliminar e retorna apontando, quando conseguimos acolhê-la, para a possibilidade de criação com a emergência de uma outra fala, já que a fala do cotidiano (o falatório, a tagarelice impessoal) é construída para representar os *entes* não podendo servir de condutor da mensagem e da experiência desencadeada e contida na **angústia**. Continuar **vivo** supõe a capacidade de construção do novo permitida pelo desligamento voluntário da ilusão de segurança representada pelo mundo dos *entes* permitindo ousar viver, assumindo o vazio como essa possibilidade de viver e criar. Essa postura de ir adiante de si na direção do “nada” leva a descoberta deste estranho-em-nós que nos habita e, só é

contatado, através do silêncio do barulho do cotidiano em momentos de recolhimento do *ser*.

Para que esse estranho-em-nós aflore, também, na produção científica, é necessário acolher o vazio da **angústia**, assumi-la enquanto questionamentos, encaminhando-os sem a prisão da metodologia, pois o método não é a via do real, do conhecimento. É preciso experimentar e suportar a desordem conceitual, ousando ir adiante em ritmo do “nada”, para que o novo possa emergir, para que o estranho-em-nós ganhe figura, mas sempre com cuidado de não aprisionar essa figura como a verdade. Precisamos sair das malhas da epistemologia e da metafísica onde a verdade é entendida como adequação, conveniência ou correspondência. É nesse ponto que Heidegger contribui com sua genialidade ao apresentar uma outra possibilidade, para além da tradicional noção de “verdade”. Trata-se da verdade como *aletheia*, que significa desocultação ou desvelamento e apresenta-se como processo, supõe a abertura do *ser-aí*, que permite o “mostrar” dos entes. A verdade não é um estado mas um processo em que nada fica estabilizado, em que os entes podem figurar-se, desfigurar-se e refigurar-se, sendo entendida como desocultação onde o fenômeno acontece, o que possibilita nomeá-lo, instituindo um lugar para que exista e possa ser reconhecido.

Essa noção de verdade é frontalmente oposta à noção de verdade da metafísica, na qual a verdade está associada à representação, sendo concebida como estado e não como processo. Na metafísica, a fala representa, interpreta, é um instrumento a serviço do conhecimento. A dimensão heideggeriana aponta para uma fala que nomeia, que abre espaço para a visibilidade que liberta o ente do *fundo sem fundo*, através da abertura promovida pelo *ser-aí*. Esse *fundo sem fundo* é o “nada”, o vazio, é possibilidade, é a fonte de onde as coisas podem mostrar-se em figuras. Quando uma figura se desvela, outras se ocultam, não podemos dispor de todas as figuras ao mesmo tempo, o que aponta para a disponibilidade de renunciar o controle sobre as coisas.

A verdade, desvinculada do ideal metafísico da “verdade como adequação”, passa a ser uma questão existencial, associada com a possibilidade de



revelação e de transfiguração. A verdade supõe velamento, desvelamento, simulação; está associada ao caminhar do *ser* no mundo, é movimento figurativo que busca a “clareira” no meio de um bosque.

Portanto, buscar o *ser* não seria conhecê-lo pela análise metafísica, nem explicá-lo ou interpretá-lo pela linguagem técnico-científica, desbancando a pertinência da correspondência, da certeza e, também, da epistemologia. Buscar o *ser* é suportar a impotência e a incidência, a falta de apoio, assumindo a **angústia** com parteira do movimento em caminho ao “nada”, recolhendo-se nos momentos de silêncio que antecedem ao nascimento, à abertura para a vida, à descoberta do mundo e das possibilidades de existir.

Esse breve passeio pela dimensão heideggeriana está impregnado pela ressonância afetiva que seu pensamento provocou e sempre provoca em nossa maneira de viver e de estar no mundo. Reflete, também, na nossa atuação enquanto psicóloga-clínica, confirmando a atitude de, enquanto terapeuta, permitir que a figura, a fala do cliente possa emergir do silêncio, do recolhimento que acontece no encontro terapêutico, assumindo a não necessidade de preenchê-lo com nosso sentido, para que, assim, as figuras do cliente possam emergir, desvelar-se. Fica cada vez mais evidente a necessidade de não exercer o saber, o controle, a interpretação da verdade, postura decorrentes do projeto epistemológico na constituição da psicologia. O fazer clínico assume uma nova dimensão ao se vincular com a verdade enquanto desvelamento, possibilitando a perda, a quebra de noções rígidas e estagnadas, viabilizando uma postura não cumulativa do conhecimento sobre si e sobre o mundo, dando passagem para a metáfora, para a linguagem poética, para a dimensão ética e estética do conhecimento, aproximando-nos de um fazer pós-moderno, ou contemporâneo.

Passaremos, agora, a apresentar alguns pontos do pensamento de Prigogine que contribuíram na tentativa de compreender a passagem da clínica moderna para a contemporânea. Processo desencadeado diante da constatação, através da clínica, da inadequação do projeto epistemológico da psicologia para responder, entre outras, às questões

do sofrimento humano nesse final de século.

No processo de passagem para um momento pós-moderno ou contemporâneo na produção científica, a concepção da *Metamorfose do Tempo* apresentada por Prigogine representa para nós um marco significativo na denúncia da falência do projeto epistemológico da modernidade.

Gostaríamos de começar, apontando a definição de contemporaneidade apresentada por Márcio D’Amaral (1996), que é configurada como *pensar o efeito das novas tecnologias comunicacionais e cognitivas sobre as estruturas clássicas e modernas da verdade, do sujeito, da história e do mundo* (1996:13). Essa definição evidencia a articulação, a implicação das *tecnologias do conhecimento* com as produções científicas, confirmando a proposta de Pierre Levy e aponta para a multiplicidade de questionamentos e culturas, cuja mensagem parece integrar-se em um campo cultural mais vasto, inaugurando, provavelmente, uma nova dimensão do saber. Fica evidente a interação entre ciência e cultura, *onde tanto a ciência como a cultura são processos construtivos de e construídos por processos sociais*. (Schitman, 1996:11)

As ciências estão, hoje, engajadas em um processo de remodelação conceitual. No que diz respeito à matéria, os atomistas gregos nos haviam legado um projeto de tentar conciliar a permanência com a mudança. Daí a idéia de combinações temporárias de elementos permanentes, primeiramente moléculas e átomos, depois partículas elementares.

Para Prigogine(1991), uma das descobertas fundamentais das últimas décadas é justamente a instabilidade das partículas elementares, indicando que remodelações significativas como esta ocorreram, também, nos conceitos de tempo e espaço. A atitude atual aponta para a questão da pluralidade e para a perspectiva de níveis interconexos, sendo cada vez mais difícil admitir que um só conceito reflita as diferentes facetas do universo.

Antes de analisarmos esse processo de reformulação conceitual, consideramos importante fazer uma breve retrospectiva pelo caminho de construção dos conceitos científicos. A dinâmica clássica descreve o universo e suas transformações através da perspectiva da reversibilidade. Nessa dimensão, futuro e passado não desempenham papel

significativo, sendo a mudança e o desenvolvimento considerados como sucessão de estados equivalentes. A proposta newtoniana implica a idéia de universo estático, descrito em termos de trajetórias deterministas, com a indicação de leis universais que explicariam todas as transformações naturais. Como consequência, originou-se, no Ocidente, a noção de que essas leis gerais deterministas explicariam, inclusive, a vida e a consciência.

A ciência moderna apresenta um diálogo experimental, com uma linguagem teórica através da qual inúmeros processos são decifrados, afastando-se das explicações mitológicas e teleológicas, introduzindo uma revolução científica, produto de uma determinada cultura, que revela sucessos significativos para a evolução do conhecimento.

Mas é chegado o momento de reconhecer as limitações de seus pressupostos que representam uma leitura de uma situação histórico-cultural definida.

A ciência de hoje não é mais a ciência clássica. Os conceitos que fundamentavam a "concepção clássica de mundo" encontram, hoje seus limites num processo teórico que não hesitaremos de chamar de metamorfose. (Prigogine, 1991: 5)

A ciência atual não se refere a leis extra-históricas universais, mas reflete uma construção social, temporal e local. Estamos diante de um universo fragmentado, rico de diversidades e de acasos, com a revelação de uma natureza complexa e múltipla, que não mais pode ser descrita por paradigmas científicos que se baseiam em leis gerais, com um conceito de tempo reversível. Essa passagem, de uma descrição da natureza submetida a leis matemáticas e deterministas para uma situação teórica diferente, que situa o homem no mundo que ele mesmo descreve, indica a impossibilidade de conceber a ciência desvinculada das relações do homem com a natureza e, mais ainda, que a ciência faz parte do complexo de cultura a partir do qual, em cada geração os homens tentam encontrar uma forma de coerência intelectual. (Prigogine, 1991 : 1)

Estamos num mundo irreduzivelmente aleatório, onde a reversibilidade e o determinismo repletam casos particulares. De acordo com Prigogine (1991), a pesquisa atual se volta para a incorpora-

ção de elementos aleatórios, apontando para a possibilidade de que a redescoberta do conceito de tempo seja o elemento de unificação entre ciência, cultura e sociedade. Essa nova perspectiva indica para a direção de que os problemas que marcam uma cultura podem ter influências sobre o desenvolvimento e o conteúdo das teorias científicas produzidas. *Já não podemos continuar falando unicamente de "leis universais extra-históricas", mas que, além disso, temos que acrescentar o "temporal e o local".* (Prigogine, 1996:40)

O paradoxo do tempo, como indica Prigogine, passa por etapas, até atingir o descobrimento da instabilidade e do caos. Inicialmente, esse paradoxo foi descoberto a partir da introdução de um novo paradigma evolutivo na ciência, evidenciado na publicação de Darwin, "A Origem das Espécies" de 1859, na qual a evolução passou gradativamente a ser considerada como elemento essencial na descrição da natureza. Em 1965, Clausius formula a segunda lei da Termodinâmica, vinculada ao conceito de entropia. Gradativamente, esse conceito vai-se desvinculando da visão tradicional na qual era sempre associado à perda de energia e à desordem numa dimensão negativa, atrelado unicamente a processos irreversíveis que ocorrem no sistema. Passa a assumir, também, uma perspectiva positiva, conduzindo tanto à ordem como à desordem, provocada pelas trocas de energia que o sistema estabelece com o ambiente externo. As flutuações produzidas, durante as trocas com o ambiente, levam o sistema para um estado novo, mais ordenado e complexo que o anterior.

Esse paradoxo está intimamente ligado ao desenvolvimento dos estados fora de equilíbrio, onde encontramos as *estruturas dissipativas*. Prigogine (1996) ressalta que também a irreversibilidade pode conduzir à ordem e à desordem, ocupando, dessa forma, um papel construtivo na natureza, e que, ao lado da visão positiva da entropia, permite indicar que é preciso acrescentar, na ciência, o *temporal e o local*. Acrescenta que o comportamento de uma trajetória não pode ser previsto, pode ser unicamente concebido em termos de probabilidades.

Toda essa perspectiva, caracterizada pela inclusão na Física dos conceitos de *probabilidade* e de *irreversibilidade*, permite a compreensão da riqueza da natureza, composta de sistemas desordenados e



fora do equilíbrio, trazendo a visão de um universo composto essencialmente por sistemas instáveis, menos previsível, mais complexo e, conseqüentemente, delega à ciência o objetivo de reforçar as relações entre o homem e o universo. Para Prigogine, *o tempo do homem torna-se a expressão exacerbada, talvez a expressão suprema, das leis fundamentais da natureza.* (Pessis-Pasternak, 1993:49).

Prigogine, ao indicar (1996) que a transição entre a *velha* e a *nova ciência* é marcada pela inclusão do elemento temporal, reafirma a necessidade de acrescentar o *temporal* e o *local* na produção científica, reforçando o afastamento da visão dualista e afirmando a participação efetiva do homem na produção científica, pois *o tempo já não nos separa da natureza (...)* Hoje mais do que nunca *o tempo é construção* (Prigogine, 1996:268). Reconhece que o tempo é real e, também, a profunda analogia que existe entre criatividade científica e artística, fato que é poeticamente apresentado por Borges:

Negar a sucessão temporal, negar o eu, negar o universo astronômico são desesperações aparentes (...) não é espantoso, por irreal, é espantoso porque irreversível e de ferro. O tempo é a substância de que estou feito. O tempo é o rio que me arrebatava, mas eu sou o rio; é o tigre que me destrói, mas eu sou o tigre; é o fogo que me consome, mas eu sou o fogo. O mundo, desgraçadamente, é real, eu, desgraçadamente, sou Borges. (Borges, 1989:79)

4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos que as contribuições de Heidegger e de Prigogine representam marcos decisivos na Filosofia e na Ciência, rompendo com a noção do tempo metafísico, que associa o homem como presença e com a noção de tempo científico, que apresenta a dimensão humana imersa na previsibilidade e reversibilidade do tempo.

A *metamorfose do tempo*, indicada por Prigogine, apresenta o mundo como fruto de uma co-existência que em nada é pacífica, pois ela tem por efeito um trabalho permanente de produção, na qual o homem se modifica, modifica o outro e o seu ambiente, num trabalho permanente de afetação, superando as noções de neutralidade e

reversibilidade da ciência clássica. Introduz os conceitos de probabilidade e irreversibilidade, de ordem e desordem, levando ao abandono das polaridades-equilíbrio, incluindo a noção de flutuações de energia que levariam a um estado mais ordenado e complexo que o anterior, incluindo, nessa nova organização, a dimensão entrópica.

Heidegger, ao “desconstruir” o conceito de *ser* como simples presença, descola a dimensão essencialista e identitária da realidade humana, apresentando a dimensão existencial do *ser*, que se mostra como possibilidade, concebida na sua temporalidade e historicidade. Aponta a **angústia** diante do “nada” como a via de acesso a esse *ser* histórico e temporal, que não depende da essência que o habita, mas que é abertura, não obedecendo aos princípios da razão suficiente e da causalidade.

Prigogine, ao apresentar um conhecimento científico temporal e local, aponta a passagem da “velha” para a “nova” ciência pela inclusão do elemento temporal na sua dimensão de irreversibilidade, considerando o tempo como “fluxo do devir”.

Heidegger, ao “desconstruir” o pensamento metafísico, desafia o quadro da modernidade, denunciando a ilusão do universo logocêntrico de Platão e a dimensão linear da existência humana, apresentando o existir humano como um *estar-aí* lançado no mundo, circunscrito por um *tempo cujo futuro se abre sobre a possibilidade de não mais estar-aí*. (...) *Por conseguinte tal existir nunca se reduz a um mero estar presente (no mundo das possibilidades realizáveis), ele é, sempre, um ser também ausente (do mundo).* (Loparic, 1994:15)

Ficamos, então, com e no **tempo** que parece não caber, na sua plenitude e complexidade, nas definições científicas ou filosóficas. Mas cuja “clareira” é atingida por uma criança, em um conto infantil de Marisa Prado (1992:15)

Menino riu também.

Riu bastante aliviado.

Rio desses risos doces

de um tempo que não tem tempo,

ou quem sabe era o riso

de quem acha que já sabe

o tempo que o tempo tem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, M. T. d' (org.). **Contemporaneidade e novas Tecnologias**. Rio de Janeiro : Sette Letras, 1996.
- BORGES, J. L. **Obras Completas de Jorge Luís Borges**. São Paulo : Globo, 1998.
- FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. Petrópolis : Vozes, 1991.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de Subjetivação no Brasil**. São Paulo : editora Escuta, 1995.
- FIGUEIREDO, L. C. **Revisitando as Psicologia**: da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos. São Paulo : EDUC; Petrópolis : Vozes, 1995.
- LEVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1998.
- LOPARIC, Z. Prefácio, In: FIGUEIREDO, L. C. **Escutar, Recordar, Dizer**: Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo : Educ/Escuta, 1994. p. ? (falta nº)
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa : Sociedade Astória Ltda, 1990.
- PRADO, M. **O tempo que o tempo tem**. São Paulo: Editora Salamandra, 1992.
- PRESSIS-PASTERNAK, G. **Do Caos à Inteligência Artificial**. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, 1993. cap. ?, p. ?. (faltam nº do capítulo e pág. consultada).
- PRIGOGINE, I. **O Fim das Certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo : Universidade Estadual Paulista , 1996.
- PRIGOGINE, I. **A Nova Aliança : Metamorfose da Ciência**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- SCHNITMAN, D. F. (org) **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1996.
- VATTIMO, G. **Introdução a Heidegger**. Lisboa : Portugal : Edições 70,1987.

Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto
Departamento de Psicologia da UNICAP
Endereço profissional: Rua Arnóbio Marques, 245
- Boa Vista. Recife-PE. CEP 50100-130
Fone/Fax: (81)222.5928
E-mail: tbarreto@elogica.com.br

